

Título	Uma conta extra de R\$ 1 bi em energia
Veículo	DCI
Data	06 Ago 2008
Autor	Claudio J. D. Sales



Os brasileiros acabam de assumir mais de R\$ 1 bilhão nas suas contas de eletricidade por uma decisão governamental baseada no argumento de que "isto é muito pouco, em vista da segurança que traz".

Preocupam, além da falta de transparência, o abandono dos critérios técnicos desenvolvidos ao longo de décadas e, principalmente, o sinal de "carta branca" a futuras ações arbitrárias que envolvem problemas estruturais que deveriam ser resolvidos, e não politizados.

Em 23 de janeiro, o risco de decretar um racionamento de energia -já em 2008- ultrapassou os 22%, nível altíssimo para os padrões aceitáveis de 5%. Este diagnóstico foi feito na 4ª edição do Programa Energia Transparente.

Publicamente os representantes governamentais rechaçaram esta conclusão, argumentando que havia "alarmismo". Mas, a portas fechadas, as ações do governo contradisseram o discurso: adotou-se uma atitude alarmista sem informar a sociedade, que pagou a conta do "Projeto Transparência Zero".

O Setor Elétrico Brasileiro atende a 97% da população e é muito complexo. Para operá-lo de forma a otimizar custos e aumentar a segurança existe o Operador Nacional do Sistema (ONS), que sempre funcionou com base em modelos computacionais conhecidos e que seguiam uma lógica econômica batizada de "ordem de mérito", que estabelece que usinas mais baratas devem funcionar antes das mais caras.

Mas como a situação dos reservatórios hidroelétricos ao final de 2007 apontava elevado risco de racionamento (o que geraria altíssimo custo político), o governo literalmente sepultou décadas de procedimentos técnicos e passou a operar fora das regras do ONS.

Para fazê-lo, promulgou em dezembro a Resolução nº 8 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que autorizava que "extraordinariamente" a operação fosse feita fora da "ordem de mérito", por uma decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), formado por representantes do Ministério de Minas e Energia, agências reguladoras, de energia elétrica e petróleo, e órgãos como EPE, CCEE e ONS. Ou seja, passou a ser possível que usinas mais caras fossem operadas antes de mais baratas.

O documento também definia que o custo adicional da operação seria pago (surpresa!) pelos consumidores via encargo embutido na conta de luz. Mas a resolução rezava que a decisão devia ser respaldada em estudo (não divulgado) do ONS.

A consequência foi que, a custo de R\$ 1 bilhão, as caríssimas usinas movidas a óleo diesel e a óleo combustível foram operadas como nunca. Térmicas a óleo diesel custam R\$ 560 por megawatt-hora, enquanto hidroelétricas e térmicas a gás natural operam a R\$ 120 e a R\$ 150. Como resultado dessa ação e da retomada das chuvas após a segunda quinzena de janeiro, os reservatórios hidroelétricos foram poupados e o risco de racionamento em 2008, afastado.

Comemore-se o fato de não ter havido racionamento. O de 2001 destruiu bilhões de reais. Não queremos repetir a experiência.

Mas, aprendidas as lições de 2001, o argumento recorrente de que o custo deste "bilhãozinho" é muito menor que o custo de um racionamento não pode mais ser aceito. O mundo inteiro sabe que qualquer custo é menor do que o da falta de energia. Este raciocínio dá espaço a qualquer ação, por mais ineficiente que seja. Afinal, para que um "Planejador Central" se a saída é queimar óleo?

Não havia alternativa mais barata para evitar o racionamento em 2008? Assusta pensar que talvez estejamos caminhando para um setor com decisões discricionárias, com a gradual transformação do CMSE num "ONS do B".

A situação de alto risco de racionamento em janeiro é explicada pelo déficit estrutural entre a oferta e a demanda de energia. Caso as vazões de junho a dezembro de 2007 se repitam em 2008, os reservatórios hidroelétricos chegarão a 42% de sua capacidade em dezembro, nível inferior aos 44% de dezembro de 2007.

Continuaremos monitorando a real situação de oferta de energia e acompanhando de perto as decisões do governo para que o consumidor pare de arcar com a ineficiência e com os custos das decisões de gabinetes. O Projeto Transparência Zero precisa ser interrompido.

Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil, que promove a transparência e a sustentabilidade no setor elétrico brasileiro